

# Engajamento Militante, Violências e "Paz": O caso do Projeto Mulheres da Paz em Canoas/RS<sup>1</sup>

Ana Paula Arosi (PPGAS – UFRGS)

“Certamente, na etnografia, é a realidade das vidas sendo descritas que dá sentido ao exercício acadêmico. No entanto, no vis à vis dessa realidade, a tarefa da antropologia não é tanto documentar quanto evocar a experiência alheia. A boa etnografia, nessa visão, depende, antes de tudo, do ‘poder da imaginação científica de nos colocar em contato com as vidas de estranhos’.” (FONSECA, 2010. p. 221)

É com base na experiência de campo junto às Mulheres da Paz de Canoas/RS que escrevo esse artigo. Escrevo-o não considerando que ele descreve a realidade tal como ela é, mas com a expectativa de estar *evocando a experiência alheia*, como sugere Fonseca no excerto que inaugura esse trabalho. Como ponto de apoio e referência tomo a perspectiva que vê a Antropologia como uma possibilidade de ampliar os discursos possíveis (Fonseca, 2004), visualizar experiências que busquem a emancipação (Souza Santos, 2009) atuando de forma a enriquecer o conjunto de realidades creíveis e que pretende uma escrita “*calcada na experiência de campo*” (Abu-Lughod, 1991, p.149 apud FONSECA, 2010, p. 219).

O presente artigo pretende expor e refletir sobre algumas conclusões de pesquisa realizado junto ao projeto Mulheres da Paz/PRONASCI em Canoas/RS. A interlocução com a equipe executora do projeto começa em um período de inserção de trabalho na ONG executora do projeto em Canoas, a partir de abril de 2010 na execução de pesquisa de campo e “aplicação de questionários” junto às Promotoras Legais Populares<sup>2</sup>.

É a partir desta experiência de pesquisa junto às Promotoras Legais Populares, formadas pela Themis, e da experiência de pesquisa junto às lideranças comunitárias envolvidas no Projeto Piloto de Justiça Restaurativa, em Porto Alegre/RS durante 2008 e 2009<sup>3</sup>, que o interesse de pesquisar um campo que colocasse em evidência o processo de engajamento político a uma política pública e/ou movimento social e a experiência de sofrimento pela vivência de situações de violência germinou. Ao travar contato mais direto com o planejamento de execução do projeto Mulheres da Paz em Canoas, percebi que esse campo poderia evidenciar essa relação.

Desde fevereiro de 2010 eu vinha acompanhando, de diversas formas, a formação das turmas de Mulheres da Paz, em especial, como observadora nos grupos focais, passo

---

<sup>1</sup> II ENADIR. GT 4: Antropologia, Movimentos Sociais e Violência

<sup>2</sup> O projeto que contou com financiamento da UNIFEM e da Fundação Ford, também contou com a parceria da PUC/RS representada pelo Prof. Dr. Rodrigo Ghiringheli de Azevedo.

<sup>3</sup> Sob a orientação de Claudia Fonseca e co-orientação de Patrice Schuch.

importante para a seleção das mulheres com as quais contei para o perfil de informantes principais. O trabalho de campo, propriamente dito e autorizado, iniciou em julho de 2010, tendo sido concluído em outubro de 2010. Foram 8 mulheres entrevistadas, com um extenso roteiro de perguntas, em entrevistas semi-estruturadas. As demais mulheres participantes do projeto foram acompanhadas nos eventos e aulas, com as quais mantive conversas informais. Nestes encontros, oficinas e eventos os conflitos e demandas se tornaram mais explícitos, bem como nas conversas em pequenos grupos nos intervalos das aulas.

### **Delimitando um problema**

O objetivo desse artigo em particular é explorar a relação das participantes com o bairro Guajuviras caracterizado pela mídia como altamente violento, tanto quanto pela própria implementação do “Território de Paz Guajuviras”, fruto da política pública do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania/PRONASCI. Como veremos, evidencia-se uma relação de pertencimento com o bairro, e um esforço narrativo de delimitar-se enquanto “pessoas de respeito” frente à imagem negativa do bairro. O engajamento ao projeto está intimamente relacionado ao projeto de mudança da imagem do bairro e da modificação da situação de sofrimento vivenciado por elas mesmas ou outros. Antes de uma análise mais detalhada sobre situações etnográficas, cabe inserir o projeto Mulheres da Paz no contexto legal e de sua formulação ideal.

### **O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**

O PRONASCI foi lançado em 2007 pelo governo federal e pretende propõe colocar em importante plano a participação das famílias e comunidades “*castigadas*” pela violência. O Programa é justificado com base em dados de grande expressão acerca de homicídios de jovens de 15 a 24 anos, bem como na constatação da ineficácia da ressocialização de ex-presidiários. O PRONASCI foi construído com vistas a atuar em territórios onde tais indicadores eram expressivos (Teixeira, 2010), conjugando políticas de segurança com políticas sociais com vistas a reduzir os indicadores de violência.

A Segurança Pública é constitucionalmente um direito a ser garantido pela união, pelos estados e pelos municípios. No entanto, a união é frequentemente acusada, por não criar condições de integração das polícias, que dessa forma atuariam de forma desarticulada (Espuny, 2008). O PRONASCI pretende promover tal integração entre os entes federativos, no entanto, é possível um convênio direto entre município e união.

O programa é apresentado como novidade e representativo de um novo paradigma de segurança em construção, baseado nos direitos e na promoção de uma cultura da paz. Pazinato (no prelo) destaca a emergência de um novo paradigma de segurança pública intitulado pelo

autor de paradigma da “*segurança dos direitos*” em contraponto ao paradigma do “*direito à segurança*”. O último é conceituado como voltado à repressão pura e simples e de maior expressão na elaboração das políticas públicas de segurança na atualidade. O motivo dessa prevalência seria o fomento social do sentimento de insegurança, baseado no medo, que contribui para a prevalência de políticas repressivas e a criminalização de populações consideradas marginalizadas.

O investimento financeiro na implementação dos “Territórios de Paz”, uma das ações previstas pelo PRONASCI para colocar em prática o projeto de reduzir a violência através da estratégia de articular ações de segurança com ações sociais. No caso de Canoas, o valor alocado pelo Ministério da Justiça foi de 9 milhões, para a execução de 24 projetos no “Território de Paz Guajuviras” durante dois anos, o projeto “Mulheres da Paz” é um deles. Em contrapartida, como fica evidente no modelo de convênio estabelecido entre os entes federativos e a união firma-se um compromisso para com a produção de estatísticas, criação de grupo gestor do programa no município ou estado e comprometimento do efetivo policial nas ações de pacificação territorial. Ao efetivo policial deve ser oferecido programa continuado de formação em Direitos Humanos (Convênio RS 13092007).

Instituído em 24 de Outubro de 2007, pela lei 11.530, antes MP nº384, o programa recebeu importantes modificações em 19 de Junho de 2008, na lei 11.707 (antes MP nº416). Observamos a emergência da categoria vítima, até então pouco utilizada na lei 11.530, o que pode nos remeter ao aumento da importância a “vítima” que vem sendo dada em novas legislações, como a Lei Maria da Penha, ou em projetos pilotos de reformulação do judiciário como a Justiça Restaurativa (Schuch, 2008). Evidencia-se em conjunto a supressão do objetivo de atuar “nas raízes socioculturais” da violência, que pode indicar uma mudança de perspectiva conceitual sobre a origem da violência, que com essa afirmação poderia remeter a noção de que violência e classe popular seriam realidade atreladas. Destaco os objetivos das propostas legislativas:

- Lei 11.530 (2007): Pretende estabelecer relações com as comunidades e famílias que estão sujeitas à violência, “mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública”. O programa destina-se à “prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes socioculturais, articulando ações de segurança pública e das políticas sociais”.
- Lei 11.707 (2008): “O Pronasci destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, **estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas**”.

Outra mudança é que a ideia de intensificação de uma “cultura da paz” passa a ser vislumbrada nas diretrizes do PRONACI, artigo 3º, em seu primeiro inciso, ao lado da promoção de direitos humanos, como se ela fosse um meio, um instrumento, ganhando assim lugar de destaque no programa. Seu lugar na lei 11.530 era ao lado do inciso que versava sobre o desarmamento e ao embate aos preconceitos.

Com efeito, o programa se propõe a atuar a partir de quatro focos: 1) *Foco etário* (jovens de 15 a 24 anos<sup>4</sup>); 2) *Foco territorial* (territórios considerados vulneráveis, por isso “Território de Paz” como veremos em seguida); 3) *Foco social* (famílias e jovens egressos do sistema prisional ou em vulnerabilidade social). 4) *Foco repressivo*: combate ao crime organizado.

Cabe ressaltar que é a lei 11.707/2008 que finalmente institui alguns dos projetos que vem a compor o PRONASCI, entre eles: *Mulheres da Paz* (destinado a mulheres socialmente atuantes nas áreas abrangidas pelo PRONASCI) *PROTEJO* (Proteção de Jovens em Território Vulnerável), *Bolsa-Formação* (para policiais e agentes penitenciários) e o projeto *Reservista Cidadão* (destinado a capacitação de jovens recém saídos do serviço militar para atuações nas áreas abrangidas do PRONASCI). Esses projetos, e outros tantos, fazem parte dos chamados “Territórios de Paz”, cabe ressaltar, no entanto que nem todos territórios contam com todos os projetos citados. Em Canoas, por exemplo, são 24 projetos, segundo o site do PRONASCI. Entre eles, está o projeto Mulheres da Paz, o PROTEJO, o projeto Justiça Comunitária, etc.

O PRONASCI ainda contempla, de certa forma, a regulamentação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), no entanto, não há regulamentação em lei para o SUSP, recebendo crítica de Soares (2007, p. 94, apud Forte 2008) que reconhece os méritos do programa, no entanto, considera que “o PRONASCI resigna-se a ser apenas um bom plano destinado a prover contribuições tópicas”. Por fim, o PRONASCI traz consigo uma concepção ampliada de segurança, articulando sua concepção à ideia de construção de uma sociedade mais pacífica através da modificação da cultura de violência para uma cultura de paz, ao encontro de uma tendência já registrada em outras análises:

Pela análise efetivada, é possível referir um movimento no vetor da 'violência à paz' no Brasil que é, assim como presente em outros contextos, acompanhado de uma retórica do desenvolvimento e modernização nacional (Simião, 2007; Rodrigues, 2007 e Soares, 2007 apud Schuch, 2009, p. 5)

### **O Projeto “Mulheres da Paz”**

O projeto “Mulheres da Paz” sofreu algumas alterações desde sua primeira formulação na MP nº 384, na qual o projeto recebeu o nome de “Mães da Paz”. O projeto inicial recebeu

---

<sup>4</sup> Outra mudança entre a lei 11.530 para a 11.707, na primeira a idade era de 15 a 29 anos.

críticas de movimentos sociais, como o movimento feminista, por ter nas mães e não nas mulheres seu foco de atuação. O projeto “Mães da Paz” é suprimido quando a MP nº384 se transforma na lei 11.530. Outros projetos, como o Reservista Cidadão e o PROTEJO (Proteção de Jovens em Território Vulnerável) também foram suprimidos, devido à necessidade de discuti-los melhor<sup>5</sup>. O projeto “Mulheres da Paz”, e demais projetos, são finalmente instituídos com a lei 11.707.

O projeto Mulheres da Paz é uma das ações que integram o chamado “Território de Paz”. Em Canoas, a entidade executora do projeto é a ONG Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, ONG fundada por três jovens advogadas feministas em 1993, reconhecida nacionalmente pela sua atuação jurídica frente às violências contras as mulheres e pela execução dos cursos de educação jurídica popular ou capacitação legal popular, principalmente através de dois programas desenvolvidos pela instituição: O Programa de Formação de Promotoras Legais Populares e Programa de Formação de Jovens Multiplicadoras de Cidadania. Há dezoito anos o primeiro programa foi lançado e hoje é executado também por outras organizações feministas de renome nacional, que executam o projeto em suas cidade, a exemplo da União de Mulheres de São Paulo. Não é a primeira vez que a ONG Themis atua no bairro Guajuviras, em 1999 realizou um curso e formou uma turma de Promotoras Legais Populares, hoje elas ocupam cargos políticos importantes na cidade, como a coordenação da Coordenadoria da Mulher, a Presidência do Conselho Municipal de Mulheres e a direção de uma Cooperativa de Trabalho de Mulheres.

Para a execução do projeto Mulheres da Paz em Canoas, a ONG Themis foi contratada pela Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania de Canoas/RS através de documentação que comprova “notório saber” em educação jurídica e formação de lideranças populares. A ONG passa a executar o projeto “Mulheres da Paz”, que se inspira em sua formulação no Programa de Promotoras Legais Populares, em janeiro de 2009. Desde então, no “Território de Paz Guajuviras” foram abertas 150 vagas para formação de Mulheres da Paz, sendo que 71 se formaram nas duas primeiras edições do curso. Uma turma de mais de 60 mulheres estava em fase de formação à época do trabalho de campo.

Na seleção das mulheres que se candidatam a integrar o projeto há alguns requisitos para participação: a) ter idade mínima de 18 anos; b) comprovar capacidade de leitura e escrita; c) possuir renda de não mais de dois salários mínimos; c) ser residente dos territórios,

---

<sup>5</sup> Notícia da Agência Câmara. Para maiores informações ver site: [http://www.feneme.org.br/index.php?mod=noticias&inc=mais\\_procurados&opt=interna&id=798&sub=32](http://www.feneme.org.br/index.php?mod=noticias&inc=mais_procurados&opt=interna&id=798&sub=32)  
Acessado em: 10 nov. 2010.

nesse caso, o bairro Guajuviras, em Canoas; d) possuir disponibilidade de, no mínimo, 12 horas semanais; e) pertencer às redes de parentesco e redes sociais dos e das jovens focos do PRONASCI. Os itens a, b, c, d necessitam de comprovação, sendo o item (e) critério para desempate. Em campo, percebi que se considera que todas as mulheres da comunidade estejam envolvidas nessas redes de parentesco, ou pelo menos, nas redes sociais de vizinhança de pessoas que tenham vivenciado situações de violência.

Segundo o convênio estabelecido entre união e município, o curso deve ter até um mês e contar com um mínimo de 150 horas. Esse curso tem como conteúdo essencial os temas de “acesso à justiça, direitos humanos e mediação de conflitos” (Guia SINCOV, p. 9). No entanto, a ONG a partir da vasta experiência na área decidiu que o curso deveria acontecer durante 4 a 5 meses, à exemplo das demais formações já realizadas pela ONG junto às mulheres populares. Em cumprimento as orientações nacionais a equipe do projeto em Canoas é interdisciplinar, contando com advogadas, psicólogas, assistentes sociais, estagiárias e antropóloga.

Participando do curso e acompanhando o processo de formação das Mulheres da Paz do bairro Guajuviras percebi que a Themis deixa sua marca na execução do projeto que ganha um tom especial quanto ao enfrentamento da violência contra as mulheres em sua afirmação enquanto objeto de intervenção de políticas de segurança pública no sentido de dar visibilidade a essa forma de violência e a inseri-la no conjunto de violências marcantes no bairro.

### **A cidade e o bairro**

A cidade de Canoas está situada na região metropolitana de Porto Alegre, é a quarta maior cidade do estado e considerada importante polo industrial do Rio Grande do Sul. Guajuviras é um bairro localizado ao noroeste da cidade que é carinhosamente apelidado pelos seus moradores de “Guajú”. Inicialmente nomeado de Conjunto Habitacional Ildo Meneguetti, ao ser ocupado a população passou a chamá-lo de Guajuviras, pela presença de vegetação abundante na área. A ocupação do bairro ocorreu em massa, no dia 17 de Abril de 1987. Bairro planejado para ser de uso de militares, foi mais um dos bairros/conjuntos habitacionais abandonados após a falência da COHAB (Berni, 2010).

As Mulheres da Paz com quem convivi afirmam que o bairro foi ocupado devido a demora (de anos) para a entrega das casas e apartamentos já prontos, mas também porque eram pessoas que viviam em condições precárias, sem ter seu direito a moradia garantido, em sua maioria moradoras e moradores que pagavam aluguel e que passavam por dificuldades pela falta de condições financeiras para sobrevivência digna. Após a ocupação massiva a

polícia cercou o local privando a população de acesso à água, alimentos e energia elétrica. Segundo minhas informantes, só não houve uso de força propriamente dita pois os/as ocupantes em sua maioria eram mulheres e crianças. Depois de negociações das lideranças constituídas com apoio das e dos ocupantes a polícia liberou o local. Até hoje as pessoas não possuem escrituras ou termos de posse de suas moradias.

Sobre o contexto de descaso estatal com o bairro, Berni (2010) destaca “atualmente, com uma população que supera os 70 mil habitantes, o Guajuviras ocupa um lugar simbólico no imaginário da cidade, normalmente associado à violência” (BERNI, 2010, p. 15). A construção midiática do Guajuviras como um bairro violento é explícita em matéria de jornal na *Zero Hora*, no qual foram comparados o bairro Rubem Berta de Porto Alegre e bairro Guajuviras de Canoas, ambos no Rio Grande do Sul, à Faixa de Gaza no Israel, devido as suas altas taxas de homicídio (Berni, 2010, p. 15).

Para uma outra perspectiva da ocupação, em campo evidenciou-se a constante referência, ao fato de que foi uma ocupação principalmente de mulheres. Essa referência é parte da construção de uma nova identidade ao bairro, que procura rejeitar o estigma construído com colaboração da mídia de bairro violento. Dessa forma, o Guajuviras é apresentado como sendo de povo batalhador e fruto da luta das mulheres por moradia, apresentadas então como protagonistas.

### **As ocupações: Primeira e Segunda onda de ocupações**

“Chamavam de a terra das bananas. Falavam assim porque também não podia se espalhar o nome do local para onde íamos, não se podia dizer vamos lá pra ocupar. Se marcava que tal dia iam ir pra terra das bananas. Lembro das vizinhas vindo falar com minha mãe, que ela também deveria ir. Lembro da gente no pé da boqueirão, de noite, tudo cercado com arame farpado. Passamos pra dentro e aquela escuridão, nós ficamos ali na rua esperança”. (Lidiane, Diário de Campo, 08/10/2010)

Entre as interlocutoras percebi uma distinção entre moradores, que, faz parte de um jogo de acusações morais e de defesa moral do estigma relegado ao bairro, tal divisão se refere à “primeira onda” e “segunda onda” de ocupações. A primeira está relacionada ao ano de 1987, quando se deu a ocupação do bairro abandonado, a segunda remete ao final da década de 90, quando muitas áreas verdes foram ocupadas por grandes grupos. Seguindo esta distinção elaborada pelas informantes, destaco o que elas nos revelam.

Quanto à *primeira onda de ocupações* (1987) é comum a **referência ao segredo, ao perigo e a solidariedade** entre as e os ocupantes. Quanto ao fato de o bairro ter sido ocupado por mulheres, as interlocutoras comentam que os homens vieram depois de a polícia ter “liberado” o local, isto é, as mulheres muitas vezes junto aos filhos é que garantiram durante

as mobilizações a moradia no local. Foram as vizinhas, aparentadas e “conhecidas” que em segredo comunicavam-se nos portões de suas casas alugadas ou ocupadas em condições precárias, sobre a ocupação do bairro abandonado. Esse período é narrado como vivido com muito medo, mas também muita coragem e solidariedade, como nos conta Silvana, Mulher da Paz, formada no 1º curso, que cuidava do local sozinha enquanto o marido trabalhava e continuava residência na casa que alugavam:

“Falei pro meu marido 'vou ter que ficar aqui', se entrarem aqui eu não podia fazer nada, ficava com medo, de noite só eu e o pessoal com a fogueira, eu parada olhando, não podia entrar da barreira da polícia, fiquei 30 dias sozinha, os filhos ficaram lá na minha casa, meu marido trabalhava dai eu vim pra cá. Depois fiz amizade, um amigo meu de Niterói, se revezava, um cuidado da casa do outro, ninguém tinha luz ou água ali e a gente fazia comida e fazia pra todo mundo”. (Silvana. Diário de Campo. 20/09/2010)

Quando as e os ocupantes chegaram não havia água nem luz, havia todas as condições para ser fornecido, porém devido a ocupação do bairro, considerada ilegal, não era permitido por parte do poder público o seu fornecimento. Foi através da mobilização de moradoras e moradores e da negociação com a prefeitura que conquistaram o acesso ao fornecimento de serviços básicos:

“Tinha umas coisas engraçadas, as mulheres que ficavam em casa mais cuidando, nós tinha que ir atrás de água e lavar roupa lá no valo. Só entrava banana e linguiça, eu pedia pro meu marido 'traz carne, por favor', porque pra comprar (ou nas refeições coletivas) só tinha banana e linguiça. Coisa mais horrível, era uma luta. A gente dormia no chão, com o espeto do lado da porta, pra ti defender, mas eu não sabia o que eu ia fazer se tivesse um ataque com aquele espeto”. (Silvana. Diário de Campo. 20/09/2010)

Lidiane, que fez a ocupação quando ainda era criança junto com a mãe e os irmãos, considera que quando chegou no Guajuviras tudo era tranquilo e que a violência começou com a chegada de outras ocupações no final dos anos 90. Depois da primeira ocupação ainda restaram muitas áreas verdes, povoadas de eucaliptos, que vieram a ser ocupadas em 1998 e 1999. Nessas áreas se originaram várias “vilas” que também muito batalharam para ter acesso a direitos básicos, como água e luz, e para não serem removidas. Minha interlocutora considera que a violência no bairro começou com a chegada dessas ocupações (que ela chama de invasão). Fala de lugares onde brincava quando era criança, com um sorriso sereno no rosto. Atualmente esses lugares para ela, estão sob o signo da criminalidade e da violência, não existente antes das ocupações desses locais. Essa segunda onda de ocupações, para Lidiane, foi formada por fugitivos do presídio, deixando o bairro “*pesado*”, “*perigoso*”.

“Ai teve a invasão da Cataventos, ai desandou mesmo, dos meus amigos de infância sobrou dois, morreram todos assassinados, eu morava em Porto Alegre quando casei a primeira vez, eu chegava aqui, morreu fulano, tinha sido coisa da invasão, se matavam por causa de terra”. (Lidiane, Diário de Campo, 08/10/2010)



A *segunda onda de ocupações* ocorre no final da década de 90 ocorrem novas ocupações, desta vez, em áreas verdes do bairro. Ela é marcada, segundo os relatos das minhas informantes que fizeram parte dessa “onda”, pela necessidade de **delimitação de zonas morais** bastante específicas. É claro que, as primeiras residentes ao atribuírem a segunda onda de ocupações às mazelas do bairro, estão procurando se “proteger” do estigma do bairro, mas a elaboração as estratégias de proteção para os “recém chegados” é mais complexa.

Hoje, a vila mais conhecida formada por essas ocupações é a “Vila dos Cataventos<sup>6</sup>”, também conhecida como a mais violenta do bairro. É representada como dominada pelo tráfico e conhecida pela “lenda urbana” de um grupo de extermínio chamado “os encapuzados”. Uma informante contou conhecer os homens que compunham tal grupo e que eles eram moradores “pais de família” que buscavam proteger as famílias da ação de “marginais” que moravam em outra parte da vila dos Cataventos.

Jasmim, ocupante do local na década de 90, mora no que chama de “Filé da Cataventos”, no qual residiriam “famílias de respeito” e local onde transcorreram as ações do grupo dos “encapuzados”. Intitula-se líder comunitária, e sua família teve atuação presente nas lutas pela regularização do local, e pelo fornecimento de água e luz. O que importa aqui do relato da informante é demonstrar que há uma reação à acusação moral de que é a segunda onda de ocupações que traz a violência ao bairro. Ao descrever o local onde mora, Jasmim o enuncia como um lugar privilegiado dentro da vila Cataventos mais ampla, é o “filé”, ali acontece violência, no entanto quando há roubo é alguém que veio das redondezas, quando há morte ou foi um rapaz que acaba de sair do presídio e estava jurado de morte por alguém do mesmo presídio que o seguiu e o matou, ou foi algum homem de fora que cometeu o crime.

Como demonstra seu relato e a “lenda urbana” dos encapuzados, a Vila também é um local no qual “os pais de família” estão dispostos a proteger seus filhos, filhas e esposas, dentro de um limite moral que é o das “famílias de respeito”. Isto é, não se mexe com família de respeito, romper essa regra moral, mesmo por parte dos “criminosos” como os traficantes resulta em uma autorização para intervenção dos homens de “bem”. Enfim, interpreto como estratégias para re-elaborar esse estigma e poder ordená-lo de modo positivo de modo a demonstrar que a violência tem suas regras e que as pessoas que ali moram tem princípios, mesmo que para isso as pessoas de fora do “filé” sejam as estigmatizadas.

### **Entre o ilegal e o imoral**

---

<sup>6</sup> O nome da vila é fictício.

O limite entre o legal e o ilegal não se mantém o mesmo ao longo dos anos, e, nem mesmo em locais diferentes. Muitas vezes, basta atravessar uma fronteira e se está numa rede de legalidades e ilegalidades a partir das quais é necessário o desvendamento de suas lógicas. Das e Poole (2008, p. 4) destacam a importância da Antropologia do estado e do que chamam de “margens” que percebe “as margens” como implicações necessários do estado, e não fora deste. Alertam para a importância da problematização da relação entre a violência e as funções de ordem do estado como chave para o problema das margens (idem, p. 8). As autoras apontam que, ao estudar o estado nos termos de suas funções de produção de ordem, muitos de nossos campos de pesquisa aparecem como espaços onde predomina a desordem, decorrente da não efetividade do estado em impor sua ordem nesses lugares. Lógica que relegaria a qualquer violência exercida fora do bojo da legitimidade estatal o caráter de ilegal, irracional e desordenada. Parece-me que é dessa forma que o Guajuviras é pensado na representação que é feita, como um local que carece de regulação. Formas de violência que não aquelas perpetradas pelo estado, são vistas como ilegítimas, por mais que busquem a ordem, como o grupo dos “encapuzados” na vila Cataventos.

A proposta das autoras é pensar as margens como constitutivas do estado, e não restritas a delimitação territorial. A produção do que é legal e ilegal, portanto é fruto de uma delimitação que é construída na constituição do estado.

Otras formas de violencia que parecían imitar la violencia estatal o desafiar su control fueron consideradas ilegítimas. (...) De esta manera, las demandas de justicia popular se interpretaron como expresión de aquellas facetas de la naturaleza humana todavía no dominadas por la racionalidad. (DAS E POOLE, 2008. p. 9)

A proposta analítica das autoras para esses “lugares” entendidos como povoado de ingovernáveis que fazem uso da violência de forma ilegítima é compreender como o estado atua para “administrar” ou “pacificar” tais territórios sociais. A margem é entendida pelas autoras como um espaço entre os corpos, a disciplina e a lei, e o poder exercido pelo estado afeta não só os territórios, mas também os corpos.

### **Modos de Engajamento e Sofrimento**

Foi possível identificar o que podemos chamar de dois “modo de engajamento” ou “noções de participação” (Bezerra, 2007), que está relacionado a um “idioma comum de ação” (Steil, 2002). Um idioma de ação é uma forma de traduzir a luta de uma coletividade. Steil (2002) percebe que entre os quilombolas do Rio das Rãs a mobilização que antes era associada à pobreza e aos trabalhadores rurais, agora era associada ao quilombo e à negritude. Steil considera que “ao traduzir a luta de Rio das Rãs em uma linguagem étnica, adota-se um

novo **idioma de ação** para a disputa entre posseiros e grileiros” (Steil, 2002, p. 201). Bezerra (2007) evidencia a dimensão de construção social da categoria “participação popular”. Esta é construída, negociada e disputada em contextos específicos, a partir de interesses específicos cujos usos são diversos. Sua análise deixa claro que **as noções de participação, bem como, as formas de participação são construídas e estão constantemente em jogo.**

Araújo (2007) analisa a trajetória do movimento “Mães de Acari” considera que as mães, a partir da vivência do luto, elaboram “*práticas reivindicativas de justiça*” e um “*idioma da justiça*” como repertório de ação. Portanto, a partir dessa categoria proposta por Steil (2002), Araújo considera que o idioma varia de acordo com a mediação de diversos agentes envolvidos no conflito. No caso dos “familiares de vítimas de violência, essa variação ocorre entre a *linguagem da justiça* e a *linguagem da paz*” (Leite, 2004).

A participação das mulheres do Guajuviras ao projeto “Mulheres da Paz” está relacionado ao contexto apontado e ao desejo de construir outra imagem para o bairro e para si, ainda que essa exclua, dependendo em qual “grupo” focamos, o outro “grupo”. A violência faz parte do cotidiano dessas mulheres e as minhas interlocutoras têm suas trajetórias marcadas pela violência. Jussara convive com o marido usuário de crack, sofre violência doméstica rotineira, há dois anos perdeu a filha que morreu devido ao uso de crack e tem uma infecção causada pelo armazenamento de drogas nos órgãos genitais. Sem conseguir resolver sua situação diretamente com a delegacia, por mais que acumule denúncias, corre o constante perigo de morte, devido ao transplante de rins que ameaça rejeição, desde a época do adoecimento de sua filha. Cinara convive com o filho também usuário de crack, ameaçado de morte por um traficante, mãe ativa, busca através do projeto articular os recursos possíveis para o tratamento do filho e assegurar a manutenção da segurança da família. Lidiane, perdeu o contato com o pai há anos, usuário de drogas que hoje não reside em local fixo. O seu primeiro marido era envolvido nas redes de criminalidade do tráfico e foi assassinado. Os seus melhores amigos de infância, morreram no próprio Guajuviras, em função de conflitos entre grupos de homens jovens armados.

Como aponta Fonseca (2004) “a violência é um termo de infinitos desdobramentos”, e frente à experiência de campo aqui relatada podemos perceber uma ampliação na noção inicial de violência com a qual eu me propunha a trabalhar. Quando iniciei a pesquisa de campo junto ao coletivo de Mulheres da Paz em formação, pensava na “morte violenta” como causadora de “sofrimento” que poderia ser motivadora de engajamento militante. Isso devia-se a uma concepção ideal, anterior à experiência de campo, de que o projeto Mulheres da Paz, além de inspirar-se no programa de Promotoras Legais Populares da ONG Themis, vinha ao

encontro das demandas das mulheres aparentadas a vitimados da violência, como os movimento de “Mães da Candelária” e “Mães de Acari”. Ao iniciar a pesquisa de campo era esse o perfil que eu imaginava encontrar, não de contexto pós-chacina, mas algo que diante de estatísticas de homicídios tão expressivas, se aproximassem desse tipo de organização política. Em sua formulação, o projeto Mulheres da Paz, pretende incorporar as mães, irmãs, companheiras, esposas, parentela e amigas de vitimados pela violência. No entanto, essa noção de “fazer parte da rede de parentesco” é estendida para a noção de risco para entrada em redes de jovens em rede de criminalidade e vulnerabilidade. Ora, em um contexto de violência urbana, redes de tráficos e disputas entre grupos armados (bondes, gangues) todos são considerados suscetíveis a entrada na rede de criminalidade.

Porém, não foi somente a expansão da noção de risco e vulnerabilidade social que me levou a expandir o que eu entendia como sofrimento em contexto de violência. Pois, nesse contexto, não tão caracterizado por mulheres que tiveram “perdas” na família, o sofrimento aparece como uma categoria importante de análise. O “sofrimento” aparece também quando não há morte violenta, como no caso de afogamento do filho, no relato de Cinara, bem como na violência doméstica sofrida por Jussara. O sofrimento tem a ver, sobretudo, com o uso de drogas ou o perigo de morte (poluição) de alguém da família. A paz é representada quase como sinônimo de tranquilidade e limpeza (pureza). E ainda, frente a essa situação de “sofrimento” em meio a sensação de perigo de morte, uso de drogas, aparece a noção de poluição seguida da atribuição feita de que a violência (morte, roubo) vem de fora, como vimos nas delimitações de zonas morais entre a primeira e a segunda onda de ocupação. Essa atribuição da violência àquele que vem de fora, é uma tentativa de ordenar o mundo e a realidade vivida, e de se afirmar enquanto pessoas “de respeito”.

As histórias das mulheres relatadas acima, assim como de tantas outras Mulheres da Paz que não caberiam nessas páginas, falam de um modo de engajamento, ou, noção de participação que está ligado ao sofrimento vivenciado em suas trajetórias, elas esperam antes de tudo, poder modificar suas histórias e a do bairro ao qual se sentem pertencentes através deste projeto.

Entretanto, não podia deixar de complementar o artigo com os casos de duas informantes que se mostraram exceção no conjunto das Mulheres da Paz e nos apresentam um modo de engajamento ou noção de participação que se dá a partir de outros critérios e através de outros “modos”, mesmo que ao final seja possível identificar um idioma de ação compartilhado.

Bianca e Silvana, não se encaixam no perfil de engajamento pela vivência do

sofrimento, fazem parte do que poderíamos chamar de um engajamento que extrapola os limites do projeto, mas que permeia o cotidiano dessas mulheres em suas ações mais rotineiras. Cabe apontar, que as duas são identificadas e se identificam como “lideranças” do coletivo de Mulheres da Paz. Ambas são mobilizadoras de recursos extra projeto, ainda que cada uma ao seu modo. Por exemplo, enquanto Silvana consegue que uma cabeleireira amiga sua arrume as Mulheres da Paz no dia da formatura do curso, Bianca paga para a oradora da sua turma a produção completa em um salão do bairro, entre tantos outros exemplos que poderíamos trazer ainda, um aspecto interessante é que ambas apadrinham crianças “abandonadas”, Silvana através de um programa municipal de apadrinhamento afetivo e Bianca uma criança moradora da vila Cataventos que possuía muitas cicatrizes de queimaduras pelo corpo e como Bianca é técnica em enfermagem ficou com a criança em sua casa até a data da cirurgia que conseguiu agendar para a menina através de suas redes. A última vez que encontrei Bianca ela estava com a guarda da criança e estava cuidando “por um tempo” de sua irmã menor.

Evidencia-se no modo de engajamento corporificado por Bianca e Cinara um engajamento para com o sofrimento “dos outros”, o sofrimento das mulheres vítimas de violência, das mulheres que são “menos articuladas” e não conseguem “se virar”, o sofrimento das crianças “abandonadas”.

Os jovens aparecem como público-alvo de atuação militante, num lugar que está muito associado ao fato de terem filhos e “já terem passado por essa fase”. Essa argumentação para atuação junto às juventudes aparece ainda mais explícita na primeira forma de engajamento citada, a da vivência do sofrimento, pois, argumentam que “já ter passado por isso” (filhos usuários de drogas, morte de parentes e filhos ou situações de perigo de morte) as capacita para a intervenção junto aos jovens ou seus familiares. Quando as interlocutoras se referem a sua atuação e as suas motivações para participarem do projeto Mulheres da Paz, os sentidos em muito se aproximam do sentido usual da palavra missão. As Mulheres da Paz, ao se referir a sua atuação, se colocam como responsáveis por uma mudança em sua comunidade, mudança que só será possível através do “convencimento”, do “ensinar”, do “ajudar”.

Por fim, mesmo em frente a dois modos de engajamento diferentes, um pela vivência do sofrimento e outro relacionado à atuação frente ao sofrimento do outro, é possível evidenciar um idioma de ação comum que está intimamente relacionado a uma retórica do “sofrimento” e dos “direitos”. A introdução de uma retórica dos direitos, possibilita a elas a elaboração do sofrimento em termos reivindicativos, onde junto a alusão de uma vida sofrida e a coragem de enfrentá-la estejam presentes a linguagem de “ter direitos” tem delineado

alternativas para as trajetórias dessas mulheres.

### **Apontamentos Finais**

Foucault (1988) há muito nos alertava para uma transformação na sociedade moderna, na qual passamos do poder sobre a morte para o poder sobre a vida (Foucault, 1988, p. 149). Percebe o nascimento de ciências de gestão da vida e da população, como a demografia, desenvolvendo a *administração dos corpos* e uma *gestão calculista da vida*. Das e Poole (2008) ao conceituarem as margens como um lugar entre a lei, a disciplina e os corpos, iluminam algumas implicações interessantes.

O PRONASCI ao fundamentar-se na alta taxa de homicídios e pretender através de políticas sociais reduzi-las pode cair em uma armadilha. Tendo as estatísticas de violência como a única forma de medir a efetividade do programa e de seus projetos corre-se o risco de tornar invisível as experiências vividas pelas pessoas que se envolvem no projeto. E se as taxas não diminuírem? Isso significa que não houve uma mudança em prol de uma “cultura da paz”? Outra problemática é a ênfase territorial, bem sabemos, que determinados bairros, regiões periféricas concentram as estatísticas de homicídios, de violência doméstica e urbana. No entanto, se a margem também é um espaço entre os corpos e é produzida em relação com o estado, a lei e a disciplina, não seria necessário ir além, isto é, repensar o estado, a lógica de normatização, criminalização e a cultura punitiva na esfera do estado e das práticas estatais?

No Brasil, não é incomum a referência a um país doente. Recentemente presenciamos a metáfora (e a realidade?) de uma guerra no Rio de Janeiro, na favela Cruzeiro e no Complexo do Alemão<sup>7</sup>. Essa situação mostra quão atual é a reflexão trazida por Foucault (1988) acerca do biopoder, o qual se trata de um poder que se exerce sobre o conjunto da população, isto é, em nome de todos e em nome da necessidade de viver. Contudo, vivemos em uma sociedade normalizadora, o corpo da população é o seu alvo, e a emanção desse poder normalizador é plural, como as acusações de uma onda de ocupações para com a outra, e da segunda onda de ocupações para com seus vizinhos próximos.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Fábio Alves. **Do luto à Luta: A experiência das Mães de Acari**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ. Rio de Janeiro. Julho de 2007.

BERNI, Paulo. **Se o CAIC não virar, eu chego lá: experiências em regularização fundiária em Canoas**. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da ANDHEP – Direitos, Democracia e Diversidade. Setembro de 2010, Unb, Brasília.

BRASIL. **Guia SICONV\_Mulheresdapaz**. Disponível em:

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-ocupacao-do-complexo-do-alemao-e-as-analises-sobre-a-guerra-ao-trafico-no-rio>. Acessado em 10 de janeiro de 2010.

<https://www.convenios.gov.br/portal/> Acessado em: 10 de novembro de 2010

BRASIL. MP 384. 2007.

BRASIL. Lei 11.530. 2007

BRASIL. MP 416. 2008.

BRASIL. Lei 11.707. 2008.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. **El estado e sus margenes. Etnografías comparadas**. IN: Revista Académica de Relaciones Internacionales, n° 8, marzo 2008. UAM-AEDRI. ISSN 1699-3950. Disponível em: [www.relacionesinternacionales.info](http://www.relacionesinternacionales.info)

ESPUNY, Herbet Gonçalves. **Unificação das Polícias: dificuldades dificilmente superáveis**. São Paulo, 2008. Disponível em: [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br)

FONSECA, C. L. W. **Família, Fofoca e Honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Editora da UFRGS. Porto Alegre. 2004

\_\_\_\_\_. **Classe e a recusa etnográfica**. In: Claudia Fonseca e Jurema Brites. (Org.). Etnografias da Participação. Santa Cruz do Sul, 2006, v. 1, p. 13-34. . -.

\_\_\_\_\_. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia em casa** . In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam S.; PETERS, Roberta. (Org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, v. , p.

FONSECA, C. ; CARDARELLO, A. . "Os direitos dos mais e menos humanos". Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, RS, v. 10, p. 83-121, 1999

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva. **Análise sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania** Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, jul./ago. 2008

FOUCAULT, Michel. **“Método”**. In: História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber. RJ, Graal, 1988, p. 88-97.

FOUCAULT, Michel. **“A Governamentalidade”**. In: Microfísica do Poder. RJ, Edições Graal, 1979. (11ª impressão), p. 277-293.

LEITE, Márcia Pereira. **As Mães em Movimento**. In: Birman, Patrícia e Leite, Márcia Pereira. Um mural para a dor: movimento cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Um novo paradigma para a segurança pública: PRONASCI**. Brasília/DF – Brasil. 2009.

PAZINATO, Eduardo. Medo (in)segurança e criminalização: do direito à segurança à segurança dos direitos. No prelo.

SCHUCH, Patrice. **“Tecnologias da Não Violência e Modernização da Justiça no Brasil: o caso da Justiça Restaurativa”**. Texto apresentado na 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 2008 (mimeo).

SOUZA SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente- contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez Editora, 2000

STEIL, Carlos Alberto. "Política, etnia e ritual: o Rio das Rãs como remanescente de quilombos". In: PEIRANO, Mariza (org.). O dito e o feito. . Ensaio de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 197-210

TEIXEIRA, Zaqueu. **O PRONASCI é a inteligência que vence a violência: Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. 1. ed. Rio de Janeiro: Z. Teixeira, 2010.